Estratégia&Negócios

ISSN 1984-3372
http//portaldeperiodicos.unisul.br

ARTIGOS

A GLOBALIZAÇÃO DO SISTEMA DE ENSINO SUPERIOR: O "MERCADO" EDUCACIONAL.

THE GLOBALIZATION OF THE HIGHER EDUCATIONAL SYSTEM: THE EDUCATIONAL INDUTRY.

Marici Cristine Gramacho Sakata
Profa. Dra. Universidade de São Paulo. Pesquisadora TECSI FEA USP.
E-mail: mcsakata@usp.br

Maria Aparecida Baccega
Profa. Dra. Universidade de São Paulo. Escola da Comunicações e Artes ECA USP.
E-mail: magba@usp.br

Sandra Raquel Pinto Alves
Profa. Doutoranda Escola Superior de Tecnologia e Gestão.
E-mail: raquel.alves@estg.ipleiria.pt

Edson Luiz Riccio
Prof. Livre Docente.Universidade de São Paulo.
E-mail: elriccio@usp.br

Recebido em dez. 2008. Disponibilizado em 05 nov. 2009.
Avaliado pelo Sistema *double blind review*

Estratégia e Negócios, Florianópolis, v. 2, n. 1, jan./jun. 2009
http://portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/EeN/index

©Copyright 2008 UNISUL-PPGA/Estratégia e Negócios. Todos os direitos reservados. Permitida citação parcial, desde que identificada a fonte. Proibida a reprodução total. Em caso de dúvidas, consulte o editor: terezinha.angeloni@unisul.br ; (48) 3229-1932.

RESUMO

Devido à globalização, diversas mudanças estão ocorrendo tanto do ponto de vista econômico e financeiro como cultural. Uma dessas mudanças ocorreu no Sistema de Educação Superior de diversos países. Após a inclusão da Educação como um Serviço na Organização Mundial do Comércio (OMC) o "mercado educacional" intensificou-se, sendo um dos principais pontos questionados as instituições globalizadas não visarem a educação como um bem mas como um serviço, e com isso, se não forem regulamentadas, tendem, naturalmente, à geração de serviços/produtos a ser consumidos e à competitividade. Por outro lado, essas instituições têm atendido às novas procuras do Ensino Superior. O objetivo deste artigo é analisar a relação entre a globalização e a educação superior e comparar Universidades Nacionais e Universidades Globalizadas no Brasil e as principais mudanças ocorridas nos últimos anos. Discutimos, ainda, neste artigo o setor privado e público na Educação, a Estratégia de Mercantilização da Educação e concluímos sobre a possibilidade de regulamentação do sistema e da criação de sistemas mistos.

Palavras-chave: Globalização. Educação Superior. Mercado Educacional. OMC.

1 INTRODUÇÃO

Estudar as relações entre globalização e o Sistema de Educação Superior é fundamental para compreendermos o "mercado educacional globalizado" que tem surgido nos últimos anos, especialmente após a inclusão da Educação como um Serviço na Organização Mundial do Comércio (OMC). Diferentemente dos processos de internacionalização, num ambiente globalizado as ações e as políticas definidas pelos órgãos internacionais passam a ser impostas e incorporadas às políticas dos países menos desenvolvidos em diversos planos, inclusive no plano educacional. Devido à globalização, uma das principais mudanças que vem ocorrendo, em praticamente, todas as profissões é a movimentação e o deslocamento de pessoas de um país para outro em busca de melhores condições de vida e oportunidades de crescimento profissional. Assim, os profissionais e recém-formados buscam, cada vez mais, estar em conformidade com os padrões mundiais da sua área para que possam ter mobilidade de atuação, seja em outros países, seja em empresas multinacionais no seu próprio país. Os programas de mobilidade no Mercado Comum Europeu, como por exemplo por meio do programa Erasmus ou os inúmeros acordos internacionais de intercâmbio estudantil entre as Universidades.

Por outro lado, em diversos países, nota-se a diminuição do investimento público em Ensino Superior que, aliada à crescente procura por profissionais capacitados para atuarem nas empresas inter, multi e transnacionais, têm possibilitado uma grande expansão do sistema educacional superior privado para suprir esta lacuna. Este estudo é importante para entender como é possível, por meio dos modelos de globalização, analisar as mudanças que vêem ocorrendo no sistema educacional superior mundial. Isso é necessário para se entender as consequências a curto e longo prazos deste "mercado".

O objetivo deste artigo é comparar duas Universidades Nacionais e duas Universidades Globalizadas (termo de Boaventura Santos) no Brasil e as principais mudanças ocorridas nos últimos anos, e por meio da análise de uma amostra de Instituições de Ensino Superior. A mercantilização da educação, ou seja, o processo de mundialização do mercado aplicado à educação, conforme Trindade (1999, p. 89), resultaria num modelo, no qual o Estado desapareceria e o mercado moldaria os currículos padronizados: "As universidades tornar-se-iam empresas à busca de clientes – alunos disponíveis, sem distinção de nacionalidade – e em concorrência com o mercado mundial para atrair os melhores fatores de produção – professores e os financiamentos – com vistas a maximizar os lucros – quer dizer os meios de desenvolvimento." Ainda de acordo com Trindade (1999, p. 89) assistir-se-ia, então, como sob o mercado de bens de consumo, a uma distinção crescente entre produtos de alto valor e produtos de massa, ou seja, pólos de excelência e ensino de massa com crescente perda de financiamento. Estamos perante o que alguns autores chamam de globalização negativa. No entanto, discutimos neste artigo a importância do setor privado na Educação, a Estratégia de Mercantilização da Educação e questionamos sobre a possibilidade de regulamentação do sistema e da criação de sistemas mistos.

2 METODOLOGIA

A pesquisa discute a relação entre a globalização e a Educação Superior a partir da literatura. Dos artigos e textos científicos foram extraídos os modelos de globalização a partir dos quais se criou a estrutura de análise e o quadro teórico, assim a metodologia está baseada em pesquisa bibliográfica e documental.

O universo da pesquisa é a educação superior no Brasil que é composta por 851 instituições, das quais 15% são universidades, sendo 10% federais e os 75% restantes instituições

isoladas (633)[1]. No Brasil, o Censo 2000, do Sistema de Avaliação do Ensino Superior do INEP, registou, em 30/04/2000, a existência de 10.585 cursos presenciais de graduação no Brasil, oferecidos por 1.180 Instituições de Ensino Superior (IES) com um total de 2.694.245 matriculados. Como amostra, selecionamos duas universidades públicas nacionais e de tradição e duas universidades cujo primeiro objetivo é ser uma universidade "globalizada", sendo ela pública ou privada. Como "universidade globalizada" utilizamos o conceito de Santos (2005), ou seja, instituições cuja a constituição, as características e os objetivos atendem à lógica do mercado. Nessa categoria podem funcionar de diferentes formas: pelo sistema de franquia, desenvolvidas em países hegemônicos e distribuídas globalmente, como parte de projetos nacionais para produção de conhecimento e distribuição mundial, ou não.

Consideramos para esta pesquisa as Universidades públicas como sendo as Nacionais. Selecionamos uma Estadual (USP) e uma Federal (UFMG), quanto às universidades globalizadas, selecionamos a Faculdade Pitágoras e a Universidade Anhembi Morumbi.

Foram seleccionados os seguintes dados de cada instituição: Missão e Objetivos da instituição, no sentido de verificar a existência ou ausência da preocupação com a manutenção da identidade cultural e presença de objetivos voltados ao mercado.

3 REVISÃO DA LITERATURA

Dale (2004, p. 425) afirma que embora muito se fale sobre globalização e educação, poucas são as tentativas para confrontar teoricamente a natureza e os efeitos da composição e das consequências das mudanças das forças supranacionais, e sugere que uma teoria dos efeitos da globalização sobre a educação deve:

> *(a) especificar a natureza da globalização, (b) indicar claramente o que é que se quer dizer com "educação" e (c) especificar como a globalização afeta a educação, seja diretamente, de forma identificável, ou indiretamente.*

Meyer, Boli, Thomas e Ramirez (1997) diferenciam ocidentalização e globalização e, sobre a ocidentalização, afirmam que o mundo é essencialmente formado por modelos ocidentais transmitidos ao redor do mundo por meio de redes transnacionais e cultura global. De acordo com este enfoque macro-fenomenológico a convergência de formas institucionais como nação-estado,

[1] Dados de 2004/2005, Fonte: UNESCO

democratização, educação de massa, protecção de direitos das minorias, controle populacional e proteção ambiental não pode ser explicada simplesmente por um auto-interesse localizado ou por uma evolução interna, mas por fontes de pressões isomórficas transmitidas por redes transnacionais[2] e pelas tentativas de abraçar modelos cognitivos que confiram legitimidade generalizada na ordem mundial dominada pelo Ocidente.

Em seu ensaio sobre a globalização Crenshaw, Paxton, Morishima e Robison (2003) afirmam que a habilidade de uma população em abraçar qualquer modelo particular é determinada por propriedades internas (i.e., estruturas favoráveis que podem ter sido moldadas anteriormente à globalização), contato entre atores, Estados e instituições, e o contexto macro-social no qual este contato acontece (por exemplo, ciclos econômicos ou períodos históricos). Ou seja, deve-se assumir que contatos materiais reais são mais intensos e são mais prováveis na construção dos interesses e dos compromissos.

A análise dos sistemas mundiais requer o entrelaçamento de três áreas da ação humana coletiva: a econômica, a política e a social (sociocultural). As disciplinas – antropologia, economia, ciência política e sociologia – e as teorias e métodos se sobrepõe, possibilitando uma compreensão ampla do sistema. As áreas de ação a partir de Wallerstein (1999) e Crenshaw et al. (2003), são as que seguem com os respectivos indicadores sugeridos:

- A Globalização econômica: requer um mercado global crescentemente integrado e competitivo de produtos, serviços, trabalho, mobilidade de capital e participação em organizações econômicas nacionais. Nas teorias existentes, a globalização econômica é vista, por um lado, pela expectativa de especialização e perda na autonomia dos resultados (neoclássica) em prol de benefícios o longo do tempo para os países e populações; por outro lado, é vista como um conjunto de dependências de naturezas antagônicas advindas do capitalismo internacional, que em longo prazo beneficia elites e não necessariamente Estados-nações (teoria crítica). Os indicadores sugeridos para identificar a globalização econômica são: (1) percentagem do PIB em comércio internacional; (2) fluxo de investimentos internacionais diretos e indiretos; e (3) fluxo de capital.

[2] IGOs -*Intergovernmental organization* - Organizações Intergovernamentais restritas a países associados, como a ONU- Organização das Nações Unidas INGOs- *International nongovernmental organization*, Organizações internacionais não governamentais, onde os membros podem ser indivíduos, empresas ou associações, como a Cruz Vermelha, Anistia Internacional, Comitê Olímpico, etc.

- A Globalização política: requer estruturas globais integradas nas leis, no governo, no exército, bem como na mobilidade crescente de ideias políticas e na participação em organizações políticas supranacionais. Para alguns teóricos, as uniões políticas estabelecem vínculos e a participação nos organismos internacionais e alianças militares podem gerar trocas transacionais eficientes entre os parceiros ao mesmo tempo em que podem limitar a liberdade no comportamento destas nações por medo de retaliações. Do outro lado, o poder político/militar, ao longo do tempo, segue a ordem econômica capitalista, o que torna necessário separar a globalização econômica da política.

Os indicadores sugeridos da globalização política são: organizações intergovernamentais e não-governamentais, número de visitas diplomáticas recebidas e negociação de armamentos, entre outros.

- A Globalização sociocultural requer um mercado global crescentemente integrado tanto em comunicação como em produtos culturais, e uma mobilidade crescente de indivíduos - por migração ou viagem - e produtos culturais.

Os indicadores da globalização sociocultural são: turismo anual e fluxo de passageiros, postagem internacional enviada e recebida e importação de filmes e outras mídias.

Os enfoques principais para a interpretação da globalização, segundo Held e McGrew, (2001), são:

- Enfoque Historicista/Determinista - a globalização segue uma lógica pré ordenada que presume uma trajetória histórica ou um estado final único (teleológico);

- Enfoque dos Céticos – toda economia é nacional ou local, baseada em modelos de economia mista europeia e neoliberal norte-americana, há desenvolvimentos de blocos regionais e desfazamento crescente entre o norte e o sul. Do ponto de vista cultural a globalização fez ressurgir o nacionalismo e a identidade nacional. Há predomínio do Estado nacional;

- Enfoque Globalista – a globalização como conjunto de processos inter-relacionados que operam em todos os campos primários do poder social, militar, político e cultural. O aumento do multilateralismo e desgaste do Estado, as desigualdades nas sociedades e no

cosmopolitismo, e entre eles, o surgimento da cultura popular global, desgaste das identidades políticas e economia transnacional.

Além das análises e enfoques apresentados, há a visão da transnacionalização que é a que utilizamos nesta pesquisa, pois parte do enforque globalista, mas é menos radical. No entanto, considera que a unidade do Estado é uma ficção incapaz de dar conta da diversidade de identidades dos indivíduos. (ROCHE, 2004).

A literatura sobre a globalização é ampla e apresenta diversas visões econômicas, sociais e culturais que utilizamos neste artigo para a construção e os fundamentos da estrutura de análise. A transnacionalização da educação é melhor compreendida ao se utilizar a estrutura de análise de Cortesão e Stoer (2002, p. 377-416), pois apresenta uma estrutura do campo educacional baseada no quadro de transnacionalização de Sousa Santos (1995). A literatura sobre a globalização nos mostra que as instituições de Ensino Superior transformadas em Organizações respondem, com maior ou menor resistência, às pressões econômicas, políticas e sociais transportadas ao seu ambiente por meio das instituições portadoras e por meio de políticas, adaptando o seu sistema nacional ao mundial. Pelo ponto de vista da internacionalização, as instituições de ensino superior têm estabelecido acordos internacionais de intercâmbio de alunos e professores, programas de pesquisa em comum, duplo diploma e outras atividades com universidades estrangeiras para impulsionar a compreensão de outras culturas, outros valores e sistemas educacionais. Tais itens são importantes no processo de internacionalização e não prejudicam os objetivos da educação. Porém, o que ocorre atualmente é a globalização da educação e os seus resultados no ensino superior incluem: a introdução e o crescimento de instituições internacionais, de centros de certificação, de padrões para currículo e de sistemas de transferência de crédito, e de programa de educação *on-line*, entre outros. Marginson (2000) afirma que com a globalização, a vida académica tem sido pressionada a mudar certos atributos académicos individuais, como os relacionados com a competência tecnológica, comunicações, competência linguística, diversidade cultural, flexibilidade discursiva, administração de trabalho e procuras por múltiplos papéis numa organização. Pela necessidade de atender uma procura crescente de profissionais com habilidades internacionais e de responder a indicadores internacionais, alguns países têm o seu setor educacional pressionado tanto para gerar resultados educacionais como financeiros.

Nos Estados Unidos da América, a discussão a respeito da educação como bem ou serviço está ultrapassada. O investimento neste setor tem dado um retorno financeiro satisfatório e o

termo "*Education Industry*" [Indústria Educacional ou da Educação] tem sido cada vez mais frequente. Um número crescente de investidores (*venture capital*) em empresas de educação tem surgido e com isso várias instituições de ensino, em todos os níveis, têm sido criadas ou compradas assim. Para os investidores o maior concorrente é o Governo. As ações dos grandes grupos educacionais estão cotadas na Bolsa e isto já é uma realidade também no Brasil, com o Grupo Anhanguera Educacional. Uma das frequentes justificativas veiculadas nos meios de comunicação para o bom desempenho dos grupos privados é a má qualidade do ensino fornecido pelo Governo. A educação profissional tem sido em geral privada ou mesmo organizada pelas próprias empresas (Universidades Corporativas). Dada a experiência das empresas privadas em treinamento, elas têm estendido seu foco para outros níveis de educação, do jardim de infância a programas de Doutoramentos. Alguns dos principais grupos educacionais norte-americanos são: Carreer Education Corporation (CEC, 2007[3]), Corinthian Colleges (CCI, 2007[4]), Apollo Group (University of Phoenix), Laureate International (Laureate, 2006[5]), Education Management Corporation (EDMC, 2007[6]) e *Whitney Internacional University System.*

Quanto aos organismos internacionais envolvidos com o sistema de educação superior, estes distinguem-se entre organismos financeiros e de recomendação. Os principais organismos financeiros são o Banco Mundial (World Bank), o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). Os principais organismos de recomendações são a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a Organização Mundial do Comércio (OMC), a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), entre outros. Embora não exerçam poder de decisão, os organismos internacionais, principalmente, os financeiros têm grande influência sobre as políticas dos países e as metas emergem a partir dos modelos dos países à frente do desenvolvimento. Cada organismo segue sua linha de políticas e não necessariamente concordam entre si. Tanto os financeiros como os de recomendação atuam fortemente em pesquisas e estatísticas e inúmeros documentos são disponibilizados em formato digital para acesso. Tais documentos são altamente

[3]CEC- Carrer Education Corporation, 2007 Disponível em: <http://www.careered.com/about.aspx> Acesso em: 31 jul. 2007
[4]CCI – Corinthian Colleges, CCI, 2007 Disponível em: <http://www.cci.edu/>. Acesso em: 31 jul. 2007
[5] LAUREATE International Universities, Disponível em : <http://www.laureate.net/introduction.php> Acesso em: 02 nov. 2006
[6]EDUCATION Management Corporation - EDMC, 2007 Disponível em: <http://www.edmc.com> Acesso em: 01 jul. 2007

relevantes para a análise do desenvolvimento dos sectores em determinados países e em comparação aos demais.

Percebemos a baixa resistência dos países aos imperativos devido à legitimação que estes conferem às Instituições de Ensino Superior (IES). As IES anunciam os seus acordos internacionais como uma vantagem competitiva, no entanto, ultrapassam o limite da internacionalização submetendo-se a sistemas de credenciamento internacionais, financiamento privado internacional e homogeneização de currículos em diversas áreas de ensino.

As pressões coercivas são recebidas de formas diferentes, porém, os países da América Latina estão reagindo de forma similar, alguns com maior, outros com menor resistência. A incorporação dos imperativos em suas políticas nacionais varia de acordo com a dependência econômica. Os membros da OMC devem aceitar a classificação da educação como serviço, assim como o México fez. Alguns países membros latino-americanos estão a discutir esta questão, contudo, paralelamente, a educação nos vários países atende aos padrões do mercado e as instituições privadas e grupos internacionais competem entre si como prestadores de serviços. No caso da França, por não possuir a mesma dependência econômica que os países da América Latina, mantém a opção de oferecer a educação superior como um bem e direito do cidadão e não permitir que instituições privadas (com exceções das confessionais e *Grand Ecoles*) emitam diplomas, embora os discursos de privatização sejam cada vez mais frequentes. A Espanha segue a mesma política, mas não restringe a emissão de diplomas às instituições públicas.

As IES, para se adaptarem às pressões e para competir no mercado, estão se reestruturando e internacionalizando, no entanto, algumas IES redefinem-se dentro de seus próprios padrões. Sendo assim, o que se percebe é que para atender a um mercado internacional e competir com as instituições consideradas de excelência, no caso as norte-americanas, algumas instituições nacionais estão a deixar de considerar os conteúdos locais e oferecer apenas os conteúdos técnicos e globais.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Historicamente, o Sistema Educacional Brasileiro passou por uma série de mudanças no período das ditaduras militares. A Reforma de 1966 incluiu uma política de pós-graduação dando

ênfase académica a mestrados e doutoramentos científicos ou stricto sensu. A reforma de 1968[7] privilegiou a pesquisa determinando: (a) a organização das universidades em institutos científicos e escolas profissionais, todos com estrutura departamental e a possibilidade de criar os seus programas de pós-graduação; (b) o regime de ensino por sistema de créditos e de professores com dedicação em tempo integral e (c) o requisito de titulação acadêmica para a promoção na carreira. Apenas a rede pública (e as universidades católicas) se enquadram ao modelo de research university e contam com o apoio do sistema de fomento à Ciência e Tecnologia. O sistema contou com a expansão contínua de recursos na década de 1970 para as áreas de exatas e biológicas, que durou até 1980. A inflação teve efeitos negativos sobre o financiamento do ensino superior. Na década de 1970, foi criado o programa de capacitação docente (PICD) e ampliada a rede universitária pública para todos os Estados. Nesse período, foi adotada a política liberal de autorização da criação de estabelecimentos privados de ensino superior. Entre as décadas de 1970 e 1980 a rede privada cresceu rapidamente. A lei de 1996 (N. 9394) determinou a especialização das universidades em áreas do saber e delimitou os conceitos de autonomia enfatizando a avaliação e o recredenciamento periódicos. Quanto às universidades federais, o Ministro da Educação e Esportes, com a Colaboração do Conselho Nacional de Educação, encarregou-se de coordenar o planejamento da Educação Nacional; bem como o financiamento dos diferentes Estados. O Ministério dirige uma rede de escolas federais, incluindo universidades, IES, escolas técnicas e de agricultura e centros tecnológicos. Além disso, fiscaliza o setor de educação superior.

Das instituições analisadas, a Universidade de São Paulo (USP) é uma instituição pública e gratuita. O acesso é feito por meio de exame seletivo, e é a universidade mais tradicional e renomada do país. A missão da USP é promover a pesquisa e o progresso da ciência. Procura formar especialistas em todos os ramos da cultura. O lema da instituição é "vencerás pela ciência".

A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) é uma instituição pública, federal e gratuita. Tem como missão gerar e difundir conhecimentos científicos, tecnológicos e culturais, formando indivíduos críticos e éticos. Busca a qualidade, a autonomia e apoio a programas nacionais. No texto de sua missão, a UFMG diz estar inserida em cooperação acadêmica e científica multilateral e afirma ser esta uma necessidade e uma força política na defesa da

[7] Para mais detalhes consultar: AMARAL, N. C., Catani, A. M., OLIVEIRA, J. F. O financiamento público da educação superior brasileira: mudanças e desafios. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, Piracicaba-SP, v. 19, n. 2, p. 221-241, 2003.

educação como bem público e na luta contra uma globalização predatória e geradora de crescentes desigualdades.

A Anhembi Morumbi (AM) é uma instituição privada. Em 2005, 51% de suas ações foram adquiridas pelo grupo Laureate International Education. Sua missão é "contribuir para a construção de um mundo melhor". A visão da AM é ser uma instituição moderna, arrojada e inovadora. Tem como valores a responsabilidade, o respeito à diversidade com estímulo ao pensamento crítico e ao relacionamento multicultural. Segundo a instituição, os cursos antecipam tendências do mercado e criam novos padrões educativos. A parceria com o grupo Laureate significa "oportunidade de formação e atuação mundial, por meio de programas exclusivos de intercâmbio, múltipla diplomação, estágio internacional, entre outros".

A Faculdade Pitágoras (FP) se define como "uma empresa de educação superior, fruto da rede de ensino Pitágoras (MG, Brasil)", com "uma proposta que é uma volta às tradições clássicas da boa educação e que, ao mesmo tempo, contém uma forte incorporação de novas tecnologias, tanto originárias dos avanços da informática e comunicações como da psicologia." Busca desenvolver o pensamento crítico e construir um Brasil mais justo e solidário.

As missões nas duas universidades nacionais revelam preocupação com a ciência. A USP procura formar especialistas para os ramos da cultura enquanto a UFMG explicita claramente sua posição quanto à educação como bem público e se posiciona contra a globalização predatória. Na AM a missão também traz a importância do pensamento crítico e da relação multicultural. No entanto, em propaganda no rádio, veiculada no mês de novembro de 2006 a AM anunciou o curso de Hotelaria com "o currículo idêntico ao da Escola parceira na Suíça". Na FP o foco está voltado para a questão tecnológica e uma volta às tradições clássicas da educação. Não há referência a questões culturais e políticas nacionais e há a declaração explícita de serem uma empresa.

No Brasil, a Faculdade Pitágoras, de Minas Gerais foi a primeira a possuir participação internacional em seu capital. O grupo norte-americano Apollo International possui 50% do capital da Pitágoras. Segundo a instituição, a metodologia utilizada é adaptada da Universidade de Phoenix, EUA, que também pertencente ao Grupo Apollo. A compra da Anhembi Morumbi foi o primeiro caso em que a aquisição internacional foi superior a 50%. A Anhembi Morumbi foi fundada em 1970 como uma escola de turismo. Teve um grande crescimento no número de alunos a partir de 1990. A partir de 2003, o fundador da Instituição Gabriel Monteiro Rodrigues,

segundo documentos publicados, sentiu a necessidade de aumentar a eficiência da instituição e reestruturá-la. Para isso, o fundador contratou um Banco (Pátria) para que aumentasse a receita da instituição. Em 2004, a instituição teve uma rentabilidade de mais de 50 milhões de reais. Em dezembro de 2005, o grupo Laureate adquiriu 51% das acções da Anhembi Morumbi e espera adquirir o restante das ações até 2013. O que se percebe com a pesquisa é que as instituições nacionais preservam muitas das características locais, tanto em sua missão, como em sua estrutura. Há uma preocupação com a cidadania, com os valores nacionais e com a formação integral. As instituições globalizadas, por outro lado, privilegiam a formação prática e a rápida colocação do aluno no mercado de trabalho. Algumas instituições globalizadas por terem sido adquiridas recentemente por grupos internacionais ainda preservam algumas características anteriores, no entanto, já apresentam indícios de mudança.

5 CONCLUSÕES

No cenário da globalização, cresce a competição entre todos os campos, até mesmo na educação. As agendas das Instituições Educacionais começam a contemplar estratégias e adaptação frente às pressões internacionais. (KUMAR; USUNIER, 2001, KWIEK, 2001, WALLACE, 2003).

Sahlberg (2004) afirma que as implicações pedagógicas sob o efeito da globalização ainda não foram estudadas o suficiente. Segundo o autor, a globalização está a afetar o ensino e a aprendizagem de três formas: a) o desenvolvimento educacional está em geral baseado numa agenda global unificada; b) o ensino e a aprendizagem padronizada têm sido utilizados como veículo para melhorar a qualidade; e c) a ênfase na competição está cada vez mais em evidência entre os indivíduos e as escolas.

Tal padronização pode ser improdutiva na preparação dos estudantes, e, por isso, há que se repensar a forma como as escolas se estão a organizar. Assim como hoje a educação busca modelos no mercado de negócios, de acordo com Sahlberg (2004), o currículo já seguiu modelos baseados nos princípios de economia de mercado segundo Taylor. O modelo neoliberal atual tem resultado em separações cada vez mais profundas entre escolas de boa e de má qualidade avaliadas por índices, padrões e dados quantitativos.

Conforme exposto, a Internacionalização e a Globalização são fenômenos distintos, o que implica, também, diferenciação na criação de currículos com objetivos de Internacionalização e de Globalização.

As instituições globalizadas, no limite, se não forem regulamentadas, tendem naturalmente à geração de serviços/produtos a ser consumidos e à competitividade, não por serem contra a educação integral ou por desprivilegiarem a educação, mas pelo simples fato de que são Organizações/Empresas que "vêm" a educação como um serviço, com um fim que não é em si mesmo, mas voltado para o mercado. Não podemos negar que há uma ambivalência na Indústria Educacional. Existe uma razão instrumental movida por questões econômico-financeiras, mas há também um ganho social. De uma escola destinada apenas à elite, passamos para uma escola de massa que resulta um crescente número de diplomados anualmente, com maiores oportunidades de alcançar um bem-estar mínimo e espaços na sociedade.

No entanto, estes espaços alcançados limitam-se às funções de mão-de-obra e não de cidadãos atuantes na sociedade. Porém, não nos podemos contentar com estes ganhos, é necessário ir além e buscar uma outra globalização, assim como defendeu Milton Santos. É consenso que a economia exerce um papel de destaque no paradigma dominante deste século que é a Globalização (Ianni, 1994) e é por esta lente que muitas das decisões locais e mundiais têm sido tomadas. No entanto, pela própria definição de Globalização, os países ocidentais têm passado por mudanças similares nos seus processos, alguns de forma mais aceleradas que outros, porém, há uma tendência comum que pode ser notada. A análise destas tendências permite uma melhor compreensão do que está ocorrendo e possibilita um pensamento crítico a este respeito.

O Brasil, por meio do Ministério da Educação (MEC), estabelece regras para o currículo mínimo na formação de várias áreas no qual consta a obrigatoriedade de disciplinas humanísticas e generalistas. Como consequência, tanto as IES nacionais como as globalizadas mantêm disciplinas de história, política e cultura nacional em diversos currículos.

O sistema privado está a expandir-se nos países da América Latina, no Brasil o sistema privado atende 60% dos alunos, no Chile 53%, e na Colômbia 57%. Embora o sistema educacional norte-americano seja altamente competitivo e voltado para o mercado, o sistema público norte-americano ainda é responsável por 76% do número de matriculados, ou seja, a educação ainda segue as diretrizes e regulamentações do Governo e, portanto, pode funcionar mesmo que hajam

mudanças na forma de financiamento. Somente o México e Argentina registram números semelhantes - nestes dois países, 80% dos alunos estão matriculados no setor público.

A universidade do século passado tinha um ensino de alta qualidade, no entanto, destinava-se apenas a uma elite. Com o aumento das universidades privadas e os sistemas mistos, facilitou o acesso ao ensino superior. A crise enfrentada pela universidade em parte deve-se: por não poder atender à procura; por não atingir a qualidade de acordo com rankings; e por não ter recursos para investir como deveria. Todas estas crises são recentes, as quais ocorreram devido à democratização do ensino superior, à globalização e à mercantilização da educação.

Para mantermos a democratização do ensino, o próximo passo será investir na qualidade, ou seja, investir em escolas, envolver a sociedade e manter valores nacionais, culturais e identitários.

As instituições privadas com fins lucrativos e com objetivos puramente instrumentalistas devem entender que são parte de um sistema mais amplo e que seu produto é a formação de seres humanos; que o lucro é uma parte do processo e que investir na qualidade de ensino é investir em seu próprio futuro. A missão deve ser bem explicitada, deve deixar mais clara a função de formação para o mercado de trabalho sem, no entanto, esquecer a formação de pessoas que fazem parte da sociedade. As universidades, por sua vez, que têm como missão a formação integral, devem ter consciência desta missão, que vai além do treinamento para o mercado. Se considerarmos o objetivo da universidade, este não é formar para o mercado de trabalho, mas tem obrigação com a excelência, a pesquisa, a extensão e a inovação. É necessário que se compreenda a importância da autonomia da universidade no ensino e na pesquisa para o desenvolvimento e progresso do país.

THE GLOBALIZATION OF THE HIGHER EDUCATION SYSTEM: THE EDUCATIONAL INDUSTRY

ABSTRACT

Due to the globalization several changes has being happening in the econômical, financial and cultural areas. One of these changes has occurred in the Higher Education System in several countries. Since the inclusion of the Education as a Service in the World Trade Organization (WTO) the "educational industry" has intensified. One of the main issues is that the globalized institutions does not consider the education as a commonwealth but as a service, and with that, if they are not regulated, they tend naturally to the generate products to be consumed and tend to competitiveness. On the other hand, these institutions have been assisting the new demands for Higher education. The objective of this article is to analyze the relationship between the globalization and Higher Education System and to compare National Universities and Globalized

Universities in Brazil and the main changes happened in the last years. We discussed in this article the private and public sector in the Educational area, the strategy of the Educational industry and we discuss the regulation of the system and the creation of a mixed systems.

Keywords: Globalization. Higher education. Educational Industry. WTO.

REFERÊNCIAS

AMARAL, N. C., CATANI, A. M., OLIVEIRA, J. F. O financiamento público da educação superior brasileira: mudanças e desafios. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Piracicaba-SP, v. 19, n. 2, p. 221-241, 2003.

CEC- Carrer Education Corporation, 2007 Disponível em: <http://www.careered.com/about.aspx> Acesso em: 31 jul. 2007

CCI – Corinthian Colleges, CCI, 2007 Disponível em: <http://www.cci.edu/>. Acesso em: 31 jul. 2007

CORTESÃO, L.; STOER, S. Cartografando a transnacionalização do campo educativo: o caso português, In: SANTOS, Boaventura de S. **A globalização e as ciências sociais.** 2. ed. São Paulo: Cortez Ed., 2002. p. 377-416

CRENSHAW Edward; PAXTON Pamela; MORISHIMA Rumi; ROBISON Kristopher, Globalization, Westernization, and Social Change. In: ANNUAL MEETINGS OF THE AMERICAN SOCIOLOGICAL ASSOCIATION, 2003. **Metting...** Globalization Session of the, Atlanta, 2003.

DALE, Roger. **Globalização e educação**: demonstrando a existência de uma "cultura educacional mundial comum" ou localizando uma "agenda globalmente estruturada para a educação"? Educ. Soc., Campinas, v. 25, n. 87,. p. 423-460, maio/ago 2004. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br> Tradução de António M. Magalhães do original Globalization and education: demonstrating the existence of a "global common educational culture" or locating a "globally structured agenda for education"?

EDUCATION Management Corporation - EDMC, 2007 Disponível em: <http://www.edmc.com> Acesso em: 01 jul. 2007

MCGREW, HELD, D.; McGREW, A. **Prós e contras da globalização**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

KUMAR, R; USUNIER, Jean-Claude. Management education in a globalizing world Lessons from the french xxperience. **Management Learning**, London, v. 32, p. 63-391, 2001.

KWIEK, M. The internationalization and globalization in central and east european higher education, **Society for Research in Higher Education International News**, n. 47, p. 3-5, nov. 2001
LAUREATE International Universities, Disponível em : <http://www.laureate.net/introduction.php> Acesso em: 02 nov. 2006

MARGINSON, S. Rethinking academic work in the global era. **Journal of Higher Education Policy & Management**, v. 22, n. 1, p.23-13, may. 2000.

MEYER, John W.; BOLI, John; THOMAS, George M.; RAMIREZ, Francisco O. "World Society and the Nation-State." **American Journal of Sociology**, v.103, p. 144-181, 1997

ROCHE, Jean-Jacques. **Théories des relations internationales**. 5. ed. Paris : Montchrestien, 2004.

SAHLBERG, Pasi. Teaching and Globalization, **Managing Global Transitions**, v. 2, n.1 Spring, 2004

SANTOS, Boaventura S. A justiça social vai obrigar a que se comprometa com a justiça cognitiva, Diversa, **Revista da Universidade Federal de Minas Gerais**, ano 3, n. 8, out. 2005 Disponível em <www.ufmg.br/diversa/8/entrevista.htm>. Acesso em: 02 dez, 2006

SANTOS, Boaventura de S. **A globalização e as ciências sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

TRINDADE, H. **Rapport Attali**: bases da reforma do ensino superior francês In: UNIVERSIDADE em Ruínas na República dos Professores. 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

WALLACE, M., Managing the Unmanageable, Coping with Complex Educational Change, **Educational Management & Administration**, v. 31, n. 19, p. 9-29, 2003.

WALLERSTEIN, Immanuel, Análise dos Sistemas Mundiais, 1999 In: GIDDENS, A.; TURNER, Jonathan (Orgs.). **Teoria social hoje**. Sao Paulo: Editora UNESP, 1999 p. 447-470